

A institucionalização da instrução pública no Paraná: um estudo a partir de fontes

The institutionalization of public education in Paraná: a study based on sources

Maria Elisabeth Blanck Miguel

Dra. em Educação pela PUC-SP; Professora do Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Educação (PUC-PR).
e-mail: maria.elisabeth@pucpr.br

Resumo

O artigo trata da institucionalização da instrução pública no Paraná, principalmente no período provincial (1854-1889). Aborda o tema enquanto processo de construção social e considera as interferências sofridas, quer por meio do Estado, quer pelas próprias demandas criadas pela sociedade. Fundamenta-se na análise de fontes documentais como os Relatórios da Instrução pública, os Ofícios e os Requerimentos. Da análise das fontes e da contextualização dos fatos surgem as categorias: a materialidade da instrução pública e as concepções ou idéias sobre a instrução pública e sua disponibilização para a população. Também aponta a modificação que o discurso sobre a instituição escolar pública sofre nos diversos níveis segundo o sujeito que o redige: o professor, o inspetor paroquial, o inspetor provincial e o presidente da Província.

Palavras-chave

Institucionalização escolar. Instrução pública. Educação provincial paranaense.

Abstract

The article deals with the institutionalization of public education in the state of Parana, specially during the provincial period (1854-1889). It covers the theme as a social construction process and considers the interferences caused, either by the State or by the demands created by society. It is fundamented on the analysis of documental sources such as Public education reports, Official letters and Pettitions. From the sources analysis and contextualization of the facts that they inform, categories are raised: the materiality of public education and the conceptions or ideas about it and its availability to the population. It also shows the change that the discourse about the public school institution had in several levels, according to who writes it: the teacher, the parochial inspector, the provincial inspector and the president of the province.

Key words

Institutionalization of school. Public education. Provincial education in Parana.

Fundamentalmente, as instituições escolares podem ser estudadas considerando-se dois aspectos: a história de uma instituição escolar em particular e a história da institucionalização de um determinado nível de educação. Em relação à primeira abordagem considera-se sua organização e funcionamento e, nesta perspectiva, está implícita a vida na escola, sua função na comunidade na qual esta inserida, os livros utilizados, a história dos professores, enfim aspectos bem específicos da instituição em questão. Em relação à segunda abordagem, considera-se o contexto no qual se insere a institucionalização da instrução, quer pública ou particular, as influências recebidas e o modo como a sociedade e o Estado interferem na viabilização da instituição.

Este artigo focaliza a instituição escolar no seu processo de construção social e as interferências sofridas do Estado ou das demandas da sociedade. Toma como objeto a institucionalização da instrução pública no Paraná enquanto Província, no período de 1854 a 1889, a partir das fontes documentais: Relatórios, Ofícios e Requerimentos da ou sobre a instrução pública.

As fontes: ponto de partida para o conhecimento da história da instrução pública

Os relatórios e ofícios da instrução pública aliados às leis do período constituem um amplo e profícuo manancial de questões importantes para se compreender o modo como a educação paranaense, inserida no contexto nacional e internacional foi se configurando e adquirindo certos con-

teúdos responsáveis pela forma como a instrução pública foi vivenciada. Tais questões constituem-se em aspectos pouco ou ainda nada estudados concernentes à história da educação local e regional. O estudo de temas tais como a obrigatoriedade escolar e o conceito de cidadania de então, a distância entre as intenções legais e as necessidades reais da população, a influência das relações econômicas e políticas da nação no delineamento das políticas públicas de educação, a organização da escola, a formação do professor, a relação professor-aluno, as carências dos alunos em relação ao material escolar, os conteúdos abordados, enfim a vida da escola, emergem das fontes. Como afirmou Farge (1989), as fontes nos levam ao conhecimento de fatos que possibilitam construir um objeto novo, uma outra forma de saber.

Assim, o historiador tem nelas seu principal meio de pesquisa. Elas se constituem a matéria-prima para indagar o passado, questionar o presente e lançar hipóteses para o futuro. Mais do que isso, se pressupõe-se que o conhecimento, mesmo aproximado de fatos remotos, contribui para novos posicionamentos em relação às questões que perpassam a educação. Como diria o Presidente da Província do Paraná, Dr. Antônio Luiz Affonso de Carvalho, no Relatório que apresentou à Assembléia Legislativa do Paraná, em 15 de fevereiro de 1870, fazendo uma apreciação sobre as causas da insuficiência da instrução pública: "Sem querer culpar a ninguém, porque não trato de esmerilhar o passado, mas de curar o presente e prevenir o futuro [...]" (PARANÁ. Relatório oficial [n.p.]).

A tomada de decisões não depende apenas de conhecer o passado, do qual as fontes são emissárias relativas, pois os fatos se deram em determinados contextos históricos delimitados por fatores econômico-políticos e socioculturais, próprios de determinado período. Elas constituem-se como apoio ou suporte para as investigações, sejam documentos ou outros “vestígios” da história (BLOCH, 2001).

Além de considerar os contextos dos quais os documentos ou outro qualquer vestígio do passado tenham sido oriundos, faz-se necessário verificar sua veracidade pela comparação com outras fontes que tratem ou retratem o mesmo objeto ou fenômeno. Este processo pode revelar diferentes perspectivas sobre a mesma questão ou ainda mostrar o modo como a percepção muda conforme os sujeitos tenham ocupado diferentes lugares e posições na sociedade. Esses procedimentos (hermenêutica das fontes) fazem parte das críticas às fontes, e são fundamentais para que o historiador se aproxime, tanto quanto possível, do passado.

As peças documentais, pela análise das informações que comunicam (MARROU, 1954), propiciam não somente o acesso às informações, mas podem revelar questões importantes hoje negligenciadas, porém outrora significativas, que contribuíram para questões educacionais que ainda persistem. Destarte, tais questões podem estar na origem de tendências educacionais responsáveis por políticas e ações intervenientes no meio escolar. As pesquisas com fontes de arquivos locais ou regionais, por sua vez, facilitam a compreensão

de “diversidades e peculiaridades regionais capazes de contribuir para complementar ou enriquecer a história da educação, permitindo que a identificação das peculiaridades e sua compreensão no contexto nacional possibilitem uma nova síntese” (MIGUEL, 1999, p. 87).

A ausência de uma ou outra documentação fez com que se tornasse necessário recorrer a um outro tipo de documentação que retrata problemas não resolvidos, como abaixo-assinados de pais pedindo professores nas escolas ou então professores solicitando materiais para os alunos ou salários não recebidos. Essas fontes complementam ou esclarecem o que calam as fontes oficiais. As considerações até aqui expostas subsidiam o presente estudo.

A institucionalização da escola pública no Paraná

Quando nos debruçamos sobre a leitura de Relatórios, Ofícios e demais documentos do passado, temos a sensação, tal como já afirmou Farge (1989), de que nos aprofundamos em sensações que ultrapassam a materialidade dos arquivos e suas fontes para penetrarmos nos pensamentos, motivos e argumentações daqueles que redigiram os conteúdos dos documentos e conhecer as condições em que viviam. Desta feita, os conteúdos das fontes consultadas nos levaram a perceber diferentes perspectivas dos autores, segundo o lugar social que ocupavam. Mais ainda, é possível perceber suas concepções sobre a instrução pública e sua institucionalização, pelo Estado, pertinentes à educação que

havia recebido. Os Presidentes da Província, autores dos Relatórios da Instrução Pública, traduzem em linguagem mais elaborada a concepção liberal de educação muito mais pertinente às sociedades europeias do que à nacional. A recorrência aos exemplos de implantações de leis da Holanda e da França é comum e traduz leituras das quais não partilham os inspetores gerais da instrução pública, os paroquiais e os professores.

A institucionalização da instrução pública, nos documentos consultados, surge eivada por diferentes concepções e permeada por problemas como a criação de escolas e seu não provimento, a formação do professor, as ingerências políticas nas nomeações de professores e inspetores, a pobreza da população, a falta de pagamento dos salários para os mestres e a escassez ou falta total de bancos e mesas escolares, de livros e demais materiais e métodos. Tais questões constituem categorias como a materialidade da instituição escolar e as concepções sobre a instrução pública.

Quanto à materialidade da instituição escolar, os depoimentos registrados informam que as questões referentes à instituição podem ser compreendidas quando os ofícios dos professores ou inspetores denunciam a falta de condições para a instrução pública e demandam condições, de modo que a instrução possa chegar à população. Esta, embora exígua no território paranaense, muitas vezes procura frequentar as aulas como está registrado nos documentos consultados.

Cabe-me por agora louvar ao Sr. Fernando Peiteado Rosas, Inspetor da instrução primária desta freguesia, – este digno Inspetor pobre e verdadeiro pai da mocidade que cuidadoso tem cooperado para o progresso da educação da mocidade, já colocando professores e procurando casa para nela haver ensino, procurando todos os meios para prosperar aqui a instrução primária, já surtindo com papel, penas, tinta e mobília, porque a aula normal desta freguesia sempre gemeu com o peso da necessidade, tudo sempre lhe faltou, a Nação nunca lhe prestou socorro algum para as meninas pobres e por isso também alguns pais pobres deixam de por seus filhos na aula.

Os meninos cometem imensas faltas, os pais tiram-os por um e dois meses empregando-os já na roça. (PARANÁ. Relatório oficial, 1854, [n.p.]

O redator do ofício continua informando que “é útil que haja uma casa própria para o ensino público, ao contrário tudo fenece porque, havendo neste lugar qualquer festividade os proprietários tomam posse das casas e o professor está na rua, e os alunos privados de receber a instrução primária” (PARANÁ. Relatório oficial, 1854, [n.p.]).

Ainda em 1854, na recém instalada Província do Paraná, na localidade de Porto de Cima, o Inspetor Manoel Francisco Corrêa Júnior comunica ao Presidente provincial a solicitação dos professores que justificavam a indisciplina dos alunos porque eles acomodavam-se nos corredores, visto não caberem na sala de aula instalada na casa do professor. Queixava-se também o Inspetor de que “A falta de utensílios é bem sensível em todas as salas de aula da Província e muito mais nas deste

Município, onde pouco foi reclamado, e nunca foi atendido [...]”(PARANÁ. Relatório oficial, 1854, [n.p.]).

Os inspetores do distrito dirigem requerimentos ao Inspetor Geral da Instrução Pública solicitando escolas:

[...] julgo mais conveniente que o Exmo. Governo da Província, conforme lhe foi autorizado pela Lei ultima, se digne criar naquele bairro, já bem populoso, uma escola pública, onde os habitantes com mais facilidade e comodidade possam fazer aprender seus filhos, e então se lhe conceda os auxílios possíveis e necessários. (PARANÁ. Relatório oficial, 1854, [n.p.]

Em 1866, os primeiros sinais de racionalização relativos à distribuição de escolas (cadeiras) começam a aparecer. Segundo o Relatório do Presidente, Dr. André de Pádua Fleury, dirigido à Assembléia Legislativa provincial do Paraná, em 15 de fevereiro, a situação das cadeiras em relação à frequência dos alunos, desde o ano de 1861, era a seguinte:

1861	39 com 1583
1862	32 com 1454
1863	38 com 1601
1864	41 com 1605
1865	46 com 1532 ¹

O Presidente atribuía aos professores a causa do insucesso e do atraso da instrução pública, discurso corrente em todos os relatórios das autoridades, e manifestava-se afirmando:

Em vez de ocupar-nos em multiplicar cadeiras mesquinamente retribuídas, ao lado que o são com generosidade, curemos de depurar o ensino, tirando ao professorado o caráter de especulação que o

enfeza, para restituir-lhe o de sacerdócio que o empobrece.

A fim de conseguirmos tal melhoramento convém:

Suprimir as escolas não freqüentadas

Reorganizar a inspeção

Preparar pessoal habilitado

1ª A multiplicidade das escolas deve ter por limites os recursos financeiros da Província, e a insuficiência de seu pessoal. Exagerá-la é entregar o ensino à ignorância e à inépcia, incumbindo-as de instruir o povo. Sendo admitido que só uma décima parte da população livre está nas condições de freqüentar as escolas, o número destas tem de proporcionar-se a 8749; donde resulta que a cada uma das 54 atuais correspondem 160 habitantes. Se entendermos, porém, que na França, onde a população é 36 vezes mais densa e na Holanda 50, se adota a proporção de 1000 e 2000 por escola, concordais que é excessivo o número de 54 para 8749. (PARANÁ. Relatório oficial, 1866, [n.p.]).

O Presidente era de parecer que a resposta para as péssimas condições materiais e de funcionamento da instrução pública seriam resolvidas com a inspeção escolar e a formação de professores que, em cursos de dois anos, poderiam estudar “Caligrafia, Gramática Portuguesa e Prática da Aritmética até proporções inclusive, Sistema métrico de pesos e medidas, Noções elementares de Geografia, Agrimensura e nivelamento, princípios da doutrina da religião do Estado e História do Brasil” (PARANÁ. Relatório oficial, 1866, [n.p.]).

A categoria da materialidade da escola, entendida como as cadeiras regidas por um professor, o seu espaço físico e as condições de sua viabilização aparece

imbricada, na ótica das autoridades, com a formação do professor. Ao tratarem dessa formação e das questões materiais da instrução, manifestam a concepção de educação.

Em 15 de fevereiro de 1870, em Relatório apresentado à Assembléia Legislativa do Paraná, o Presidente, Dr. Antônio Luiz Affonso de Carvalho, afirmava a distinção entre educação e instrução. Segundo ele: “A educação tem por fim desenvolver as faculdades morais, a instrução formar e enriquecer as faculdades intelectuais”. E justificava, dizendo que: “Para formar os bons costumes é necessário dar princípios: estes somente se estabelecem pela inteligência: a instrução contribui pois para a educação, como esta pelos seus hábitos de ordem, de regularidade e de trabalho para a instrução”(PARANÁ. Relatório oficial, 1870, [n.p.]).

O discurso de Antônio Luiz Affonso de Carvalho traduz a compreensão de que, por meio do cultivo da inteligência e da propagação das luzes do saber, a Província promoveria seu desenvolvimento. Assim, para ele:

As constituições por mais liberais que sejam, não podem erguer a moral do povo e felicitá-lo, quando há ausência de luzes, uma das causas primordiais dos maiores erros que afligem a humanidade.

Aqui no Paraná tem-se escrito muito sobre a instrução pública: largas dissertações encontro nos documentos oficiais, os quais atestam a alta ilustração de seus autores e bons desejos, de que estavam possuídos. Mas, é necessário que não dissimulemos: se muito se tem escrito, aconselhando o legislado, pouco se tem praticado e infe-

lizmente neste ramo de serviço público, mais que em todos os outros, os momentos perdidos não se recuperam (PARANÁ. Relatório oficial, 1870, [n.p.]).

No entanto, apesar do discurso manifestar um tom de crítica ao que até então havia sido ou não realizado, o autor também atribui ao professor a causa dos problemas da instrução pública, pois, segundo ele, a falta de formação dos professores concorria mais para o abandono da instrução do que o desleixo dos pais. O remédio seria a criação da Escola Normal, em dois anos, de matrícula gratuita. Aparece então referência às casas escolares, independente da casa do professor. É possível afirmar que já existe em germe a idéia de agrupar as aulas em casas próprias, prenúncio dos futuros grupos escolares republicanos. Dizia ele, a respeito: “Uma das idéias complementares à propagação da instrução primária é sem dúvida alguma a adoção de casas escolares convenientemente edificadas e preparadas para o estabelecimento das aulas. Essas casas devem ser feitas às custas dos cofres provinciais e conterem os móveis, utensílios e objetos indispensáveis ao ensino” (PARANÁ. Relatório oficial, 1870, [n.p.]).

Recomendava ainda não ser necessário, a princípio, construir mais do que duas ou três casas escolares, por ano. “Cada uma dessas casas deve ser calculada para 60 discípulos” (PARANÁ. Relatório oficial, 1870, [n.p.]).

Quanto ao método empregado nas classes, os professores relatam o que aplicavam em sala de aula e, na maioria das vezes, justificavam que assim o faziam por-

que o método empregado era o que melhor auxiliava seus alunos no processo de aprendizagem.

O prof. Jerônimo Durski, em 30 de novembro de 1868, informava ao Inspetor Geral da Instrução Pública reger três classes e:

Na leitura achei o método de soar as letras muito preferível de que silabar e etc.

Os alunos de 2ª classe quando entraram nesta escola, sabiam tanto que nada. Em três meses conseguiram até a leitura de qualquer palavra, (seja que vagaroso) mas assim mesmo é muito.

Como este método é mais simples e mais claro do que qualquer outro, por isso tanto o professor como os alunos ganham muito no tempo e por isso é recomendável a todos os professores. Em este sentido faltam os livros com boa prática para a 1ª leitura. Esta falta incitou-me para acabar um livro correspondente a este método – o que já 8 anos tem principiado. Em espaço de 4 a 5 meses quero apresentar a V. Sª digne-se dar sua atenção e reconhecimento – e se merecer sua valiosa e respeitável recomendação para a imprensa. (DURSKI, 1868)

O relatório do Professor Jerônimo Durski difere dos relatórios dos professores atuantes nas classes de então. Assim como os demais professores que provinham da Europa e atendiam os imigrantes, o referido professor demonstrava conhecer um pouco mais das questões pedagógicas e até escrevia um livro que esperava ver publicado para aplicação nas demais classes paranaenses.

Em dezembro de 1868, o Professor Moericofer, da Colônia de Assungüi, dirige relatório ao Inspetor Geral da Instrução

Pública informando que o ensino era simultâneo, que o número de alunos no princípio do ano era

31 – 21 do sexo masculino, 10 do sexo feminino. Eles freqüentavam a aula bastante regular somente no primeiro e segundo trimestre; com o mês de junho todos os alunos maiores, que podem servir na lavoura abandonam a escola, da maneira que restam somente os menores.

Acabados os trabalhos da roça, todos tornam a voltar no mês de janeiro, repetindo o que tem esquecido nos seis meses passados. Para o ano seguinte já estão avisados um bom número de novos alunos. (MOERICOFER, 1868)

O Professor Moericofer informava também haver feito seus estudos na Europa, estar estabelecido no Império (Brasil) desde os dezoito anos; ter 22 anos de prática no seu ofício e haver obtido bons resultados, fato que não o livrava da ameaça de ser enviado de volta ao seu país de origem, uma vez que sofria perseguição, certamente política, no local onde atuava. Informava ainda que os colonos alemães, como os “Seonharo, Obladenm Rwolph etc, que desejam muito mandar seus filhos para a escola, porém a grande distância e mau estado dos caminhos são obstáculos que só podem vencer por um internato, como o Sr. Diretor da colônia já tem proposta” (MOERICOFER, 1868).

Conforme é possível perceber-se pelos depoimentos contidos nos relatórios e ofícios, não era somente a deficiente formação do professor a causa do fracasso da instrução pública, mas também as condições materiais que conformavam e limitavam a freqüência às classes simultâneas

existentes. Mesmo que o professor tivesse melhor formação, não dava conta de vencer os problemas sociais que perpassavam a escola.

Ainda referente ao método aplicado nas escolas, encontra-se no relatório do Prof. Maurício Décio da Costa Lobo, redigido em 1º de dezembro de 1868 e endereçado ao Inspetor Geral da Instrução Pública, Dr. Ernesto Francisco de Lima Santos, entre demais informações, a seguinte:

O método do ensino é o simultâneo socorrido pelo mútuo, quanto ao uso de monitores, que são nomeados de entre os alunos da 3ª classe, segundo o seu adiantamento intelectual e conduta moral.

As classes são 3, constando a 1ª de 11, a 2ª de 37 e a 3ª de 32 alunos, inclusive Pedro da Sª Arouca, que continua a frequentar a escola, cuja coadjuvação tem sido de muita utilidade.

Requeriu o mesmo Arouca uma gratificação ao Exmº Governo pelo seu trabalho nesta escola na qualidade de aluno-mestre, porém não foi atendido (LOBO, 1868).

O método era o simultâneo, uma vez que o professor atendia alunos em diferentes níveis de aprendizagem. Como eram muitos os alunos, ele aplicava o método mútuo previsto em lei, que permitia o auxílio de monitores. O fato novo era o monitor solicitar pagamento ao governo, uma vez que mesmo os professores tinham dificuldade em receber seus proventos.

Talvez um quadro mais aproximado da realidade das classes e dos problemas com os quais os professores se defrontavam seja o relatado pela professora de Morretes, Maria Josefina Mangin, em 30 de novembro de 1868. Dizia a professora: “As-

sim pois desde 8 de janeiro tenho visto cair dos desapiedados golpes das tantas enfermidades conhecidas com os nomes de Câmara de sangue e Tifo muitas daquelas que seus pais tem confiado a meus cuidados, a fim de receberem a educação que está ao alcance de minha fraca inteligência, e curtas habilitações” (MANGIN, 1868). E mais adiante suas palavras deixavam entrever a real função que a escola exercia naquele local:

Reconheço que poderia ter me evitado parte destes trabalhos. Destes sofrimentos constantes, que a todo o município prejudicava. Mas, como? Obrigando os pais ou protetores a ir tratar seus doentes fora de minha casa. Não seria desumanidade privá-los do único recurso que temos; pois que a maior parte, habitantes de outros lugares, não tem aqui conhecimento; e quando os tivesse, cada um lutará com os mesmos males no terrível quadro que atravessamos, seria, pois imprudência os aumentar-lhe. E, além disso, prende-me a amizade a esses entes, que, ao menos por algum tempo, fazem parte de minha família; e cuja recordação sempre conservarei. (MANGIN, 1868)

Ao lado da afetividade feminina tantas vezes decantada na literatura e motivo de atribuição do papel de substituta da mãe à professora, o espaço da escola se confunde com o espaço doméstico, não só por ser a sala de aula na casa do professor, mas também porque as funções que seriam de outras instâncias sociais, como a da saúde, são realizadas pela instância escolar e, mais propriamente, pela professora. Faria Filho (2000), ao tratar da instrução elementar no século XIX, afirma o diminuído papel do Estado nas Províncias e o pró-

prio lugar da escola. Segundo ele,

A presença do Estado não apenas era muito pequena e pulverizada como, algumas vezes, foi considerada perniciosa no ramo da instrução. Há que considerar, também, que nem a própria escola tinha um lugar social de destaque, cuja legitimidade fosse incontestável. Foi preciso então, lentamente, afirmar a presença nessa área e produzir, paulatinamente, a centralidade do papel da instituição escolar na formação das novas gerações. (FARIA FILHO, 2000, p.135-36)

Apesar das leis que regularizavam formalmente a instrução pública, as fontes documentais demonstram a afirmação do autor acima citado e ratificam a distância entre as intenções legais e as necessidades reais da população (MIGUEL, 1999).

No final do Império, em 1888, o relatório que o Vice-Presidente da Província apresentou na transmissão de cargo mostrava ser desolador o estado da instrução pública, segundo a comissão designada para elaborar as bases da reforma do ensino público provincial. Dizia a comissão:

À bem desoladora situação está reduzida a instrução pública desta província. Absorvendo mais de um terço das rendas das rendas provinciais, insignificantes são os resultados colhidos pelo ensino público em relação aos grandes sacrifícios pecuniários que seu custeio impõe.

Antes de tudo é de notar-se a defeituosa estrutura do organismo do ensino público provincial.

Compõe-se sua constituição de uns tantos extensos regulamentos, nada menos de 4, uns em vigor e outros não, promulgados em datas diversas, além de muitos outros atos e instruções presidenciais.

Atestando esses diversos regulamentos e atos a competência e os altos intuítos de seus autores, não formam eles, entretanto, um organismo lógico e completo, extreme de sensíveis lacunas e de grandes defeitos.

Urge, pois, tomando a sério o assunto, encará-lo de alto e em seu conjunto e sem demora assentá-lo em suas largas e verdadeiras bases.

Aproveitando os bons elementos existentes, cumpre quanto antes coordená-los convenientemente e desenvolvê-los de modo a produzir satisfatórios efeitos. (PARANÁ. Relatório oficial, 1888, [n.p.]

Assim, a institucionalização da educação pública foi se configurando à medida que os meios de produção da vida material criaram novas relações sociais e a escola tornou-se necessária na perspectiva do Estado e da população. Quando na organização do estado republicano, a participação mais efetiva da população foi solicitada a participar da força de trabalho. Após a libertação da escravatura, a educação popular constituiu-se, ao menos no discurso, como o meio de implantação do novo modelo.

No Paraná, a partir de 1920, iniciou-se a organização escolar sob os princípios da racionalização de meios e sistematização de fins. Este fato decorreu também das mudanças no contexto social, econômico, político e cultural que o estado do Paraná sofreu, com a vinda dos imigrantes, o processo de migração interna, e o início da cultura do café, a partir de 1940 (BALHANA, MACHADO, WESTEPHALEN, 1969). Porém, a instituição básica carecia de recursos e da formação dos professores. O Estado preocupou-se, a partir de 1920, com a formação de professores implantando a

Reforma na Escola de Professores de Curitiba. A partir de 1940, implantou novas escolas acompanhando a ocupação de terras e a formação de novos núcleos populacionais.

Notas

¹ Conforme consta no Relatório citado.

Referências

BALHANA, Altiva. P.; MACHADO, Brasil P.; WESTEPHALEN, Cecília M. História do Paraná. Curitiba: Grafpar, v. 1, 1969.

BLOCH, Marc. Apologia da história ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

FARGE, Arlette. Le goût de l'archive. Paris: Editions du Seuil, 1989.

FARIA FILHO, Luciano M. Instrução elementar no século XIX. In: LOPES, Eliana M.; FARIA FILHO, Luciano M.; VEIGA, Cynthia G. 500 anos de educação no Brasil. Autêntica: Belo Horizonte, 2000.

MARROU, Henri-Irene. De la connaissance historique. Paris: Éditions du Seuil, 1954.

MIGUEL, Maria Elisabeth B. O significado da educação pública no Império (Paraná-Província). In: FARIA FILHO, Luciano M. (Org.). Pesquisa em história da educação: perspectivas de análise – objetos e fontes. Belo Horizonte: Edições HG, 1999. p. 87-94.

Fontes Documentais

PARANÁ, Relatórios

_____. Relatório Oficial do Inspetor Manoel Francisco Corrêa Júnior. Curitiba: DEAP, 1854.

_____. Relatório Oficial do Presidente da Província André de Pádua Fleury. Curitiba: DEAP, 1866.

_____. Relatório Oficial do Vice-Presidente Agostinho Ermelino de Leão apresentado ao Presidente da Província Polidoro Cesar Burlamaque. Curitiba: DEAP, 1866.

_____. Relatório Oficial do Presidente da Província Antônio Luiz Affonso de Carvalho. Curitiba: DEAP, 1870.

_____. Relatório apresentado pelo Prof. Jerônimo Durski ao Inspetor Geral da Instrução Pública. Curitiba: DEAP, 1868.

_____. Relatório apresentado pelo Prof. Carlos Moericofer ao Inspetor Geral da Instrução Pública. Curitiba: DEAP, 1868.

_____. Relatório apresentado pelo Prof. Maurício Décio da Costa Lobo ao Inspetor Geral da Instrução Pública. Curitiba: DEAP, 1868.

_____. Relatório apresentado pela Profa. Maria Josefina Mangin ao Inspetor Geral da Instrução Pública. Curitiba: DEAP, 1868.

_____. Relatório apresentado pelo Vice-Presidente Ildfonso Pereira Correia ao Presidente da Província José Cesário de Miranda Ribeiro. Curitiba: DEAP, 1888.

Recebido em 30 de abril de 2008.

Aprovado para publicação em 26 de maio de 2008.

